



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SANTARÉM**  
**GABINETE DO VEREADOR BIGA - PT**

Av. Anysio Chaves, 1001, Aeroporto Velho, 68030-290, Santarém-PA  
Fone: (93) 99136-6896 | Email: gabinete.bigakalahare@gmail.com



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. \_\_\_\_/2025**

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022, ESTABELECE O INCENTIVO "IPTU VERDE" EM SANTARÉM-PA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **VEREADOR BIGA** (Partido dos Trabalhadores), no exercício de suas atribuições previstas no art. 61 da Constituição Federal, no art. 28 da Lei Orgânica Municipal de Santarém e no art. 71 do Regimento Interno desta Câmara de Vereadores, apresenta o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera a Lei Complementar Municipal n. 13, de 23 de dezembro de 2022, para estabelecer o IPTU Verde no Sistema Tributário Municipal, por meio do estabelecimento da possibilidade de fixação de alíquotas diferenciadas, nos termos do § 1º, II, do art. 156 da Constituição Federal.

Art. 2º O art. 56 do Código Tributário Municipal de Santarém passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 56 .....

§ 3º As alíquotas a que se referem o caput deste artigo poderão ser objeto de fixação diferenciada, nos termos do § 1º, II, do art. 156 da Constituição Federal, em função da existência, no bem imóvel, de arborização mantida pelo sujeito passivo, observado o seguinte:

I - o IPTU Verde será criado e implementado por lei específica que estabelecerá critérios objetivos, duração e condições do benefício fiscal tratado pelo parágrafo deste artigo;

II - Sem prejuízo do disposto no inciso anterior, o Poder Executivo Municipal, mediante Decreto e legislação tributária, poderá expedir atos específicos para a aplicação e para a implementação do programa fiscal." (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2025

  
**BIGA (PT)**  
VEREADOR MUNICIPAL



## JUSTIFICATIVA LEGISLATIVA

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. \_\_\_\_/2025

O presente Projeto de Lei Complementar cria uma medida que já vem sendo implementada por diversos Municípios brasileiros nos rincões do país: o IPTU VERDE. A medida busca a criação de alternativas ao gestor municipal para criar medidas fiscais para o fomento à proteção do meio ambiente urbanístico sustentável, tudo isso dentro de parâmetros constitucionalmente previstos.

O IPTU VERDE dessa proposta é a inclusão de uma previsão genérica e abstrata no Código Tributário Municipal. Assim, ele não cria concretamente qualquer benefício fiscal. Na verdade, trata-se de medida de política fiscal, que entrega nas mãos dos órgãos competentes a sua implementação mediante lei específica, que detalhará o período, as condições e os requisitos da medida.

Nessa toada, é impreterível destacar que a Constituição Federal, inclusive após a Reforma Tributária, contem previsão expressa no sentido de possibilitar o estabelecimento de alíquotas diferenciadas quanto ao uso do imóvel, para fins de fixação da regra-matriz de incidência do IPTU:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

(...)

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

**II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023) (Grifei)

Isso posto, torna-se possível a constatação de que a medida não cria despesa, obrigação ou influências imediatas na organização administrativa, de tal sorte que não se viola a iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo prevista no § 1º do art. 61 da Constituição Federal. Nesse sentido, a jurisprudência do STF:

(...) 4. Iniciativa geral. Inexiste, no atual texto constitucional, previsão de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo em matéria tributária. 5. Repercussão geral reconhecida. (...)





(ARE 743480 RG, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10-10-2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-228 DIVULG 19-11-2013 PUBLIC 20-11-2013)

(...) 2. É constitucional lei de iniciativa parlamentar que, sem que se modifique a estrutura ou a atribuição dos órgãos do Executivo, cria novas atribuições de fiscalização atribuídas ao poder público. (...)

(RE 732686, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 19-10-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 19-04-2023 PUBLIC 20-04-2023)

Ademais, a característica de abstração deste PLC demonstra que, por si só, não gera renúncia de receita ou impacto no orçamento vigente ou no orçamento vindouro. Isso porque a implementação das alíquotas diferenciadas do IPTU VERDE acontecerão mediante lei específica, preferivelmente da lavra do Poder Executivo, de modo que não há a obrigação da pormenorização de detalhes orçamentários, uma vez que isso será necessário somente quando da criação pela referida lei específica.

ADCT/CRFB, Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. (Grifei)

Dessa forma, à luz dos aspectos jurídico-constitucionais, esta propositura está estritamente alinhada ao que determina a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Quanto ao aspecto político-social, a tutela legislativa do meio ambiente é uma das maiores urgências que os municípios devem fixar em suas metas, pois o avanço das crises climáticas, em nosso tempo, passou a gerar uma multiplicidade de problemas que vêm desequilibrando a sustentabilidade das cidades e a qualidade de vida das populações.

Portanto, apresento este Projeto de Lei Complementar a esta Casa, na esperança de que o debate democrático construa pontes que conectem o Poder Público de Santarém aos reais problemas da nossa cidade.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2025

**BIGA (PT)**

VEREADOR MUNICIPAL



**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO**  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. \_\_\_\_/2025**

- 1) DA EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL:** a exigência da apresentação de estudos e medidas de impacto no orçamento depende da efetiva criação ou alteração de projetos dispendiosos. Não é o caso, pois este PLC cria apenas a possibilidade de o gestor implementar a medida por meio de lei específica, quando então será impreterível a aplicação do art. 113 do ADCT.
- 2) DA PORMENORIZAÇÃO:** ante a redação expressa que se pretende inserir nos parágrafos do art. 56 do Código Tributário Municipal, não há geração ou alteração imediata de despesa pública.
- 3) DA CONCLUSÃO:** não há impacto orçamentário e financeiro, sendo devido tão somente quando for criada a lei específica de implementação do benefício fiscal.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2025

*BIGA KakaKora*

**BIGA (PT)**  
VEREADOR MUNICIPAL